

063

03/08/2026



Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

CER DA APEOESP DEFINE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

***Ato na Praça da República em 4 de setembro,
às 16 horas, vai exigir a prorrogação do
concurso e convocação de 40 mil aprovados,
de todas as disciplinas***

***Vamos denunciar e exigir revogação da avaliação
de desempenho e demais ataques de Tarcísio***

***APEOESP realizará novo encontro para impulsionar
a defesa dos direitos de estudantes atípicos,
junto com professores, pais e mães***

Secretaria de Comunicação

Reunido de forma virtual nesta segunda-feira, 3 de agosto, o Conselho Estadual de Representantes avaliou a necessidade de prosseguirmos lutando contra os ataques do governo de Tarcísio de Freitas a nossa categoria e à Educação, em aliança com demais segmentos e movimentos sociais, tendo em vista que a Educação e os serviços públicos são pautas sociais, que vão além dos limites da nossa categoria.

DESTA FORMA, O CER DECIDIU:

- ➔ Realizar no dia 4 de setembro, às 16 horas, um ato com o eixo central na prorrogação do concurso e convocação de 40 mil concursados, de todas as disciplinas, com base na ação coletiva da APEOESP que já tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) Neste mesmo ato, denunciar a farsa da avaliação de desempenho e demais ataques do governo Tarcísio de Freitas
- ➔ Na mesma data, realizar o IV Encontro Estadual de Professores, Estudantes, Pais e Mães Atípicos
- ➔ Realizar um dia de mobilização virtual e campanha nas redes sociais
- ➔ Publicar matéria paga para a mobilização
- ➔ Reunir e mobilizar os comitês populares com nossas pautas e a disputa política do estado de São Paulo e do país
- ➔ Realizar nova Caravana em Defesa da Educação, Serviços Públicos de Qualidade e Direitos do Funcionalismo em setembro
- ➔ Realizar um dia de “protocolação” contra a avaliação de desempenho e contra o assédio nas UREs
- ➔ Ampliar a denúncia contra o governo Tarcísio e seus ataques:
Inimigo da Educação, inimigo do povo, inimigo das mulheres
- ➔ Ampliar a campanha contra as perseguições políticas na Educação
- ➔ Encaminhar a todos(as) os(as) candidatos(as) uma Carta Compromisso pontuando as principais questões que afetam a Educação pública estadual e a nossa categoria. Um desses pontos é a Educação especial. Devemos exigir que os(as) candidatos(as) se comprometam com a pauta que apresentaremos.

EM REUNIÃO COM A SEDUC, APEOESP COBRA RESPOSTAS ÀS DEMANDAS DA CATEGORIA

Em reunião articulada por iniciativa de deputada estadual Professora Bebel, primeira presidenta licenciada da APEOESP com o Secretário Executivo da Secretaria Estadual da Educação, Vinícios Neiva, que esteve presente, e da qual participaram Roberto Guido, primeiro presidente interino da APEOESP, o segundo presidente do sindicato e secretário geral da CNTE Fábio de Moraes, a secretária de Direitos Humanos da nossa entidade, Mônica Fernandes, e do vice-secretário de Assuntos Educacionais e Culturais da APEOESP, Paulo Neves, cobramos respostas para demandas fundamentais da nossa categoria neste momento.

Pela retirada do PL 1316/2026

Reiteramos nossa posição taxativa contra o PL 1316/2026 (reforma administrativa da Educação) e, novamente, cobramos a sua retirada. Conseguimos vitórias importantes

Não aceitamos avaliação de desempenho para punir e excluir

Na reunião, a deputada e a APEOESP questionaram o secretário executivo sobre a avaliação de desempenho, tanto reafirmando posição contrária a essa avaliação, na forma punitiva como vem sendo executada, quando apresentando denúncias de professores quanto a distorções nas notas atribuídas, decorrentes do preenchimento dos diários de classe.

A APEOESP possui ação judicial que contesta o conjunto da avaliação de desempenho. Quanto à distorção das notas verificadas na avaliação deste ano, a SEDUC diz reconhecer que houve problemas nas escolas,

com relação à vinculação entre o registro do diário de classe e o(a) professor(a). Também de acordo com o secretário executivo, os casos estão sendo resolvidos individualmente. Assim, as subsedes devem realizar um levantamento de todos os casos existentes, discriminando:

- **Nome do(a) professor(a)**
- **URE**
- **Unidade escolar**
- **RG**
- **Celular**
- **Distorção verificada, de forma sintética:**

O registro dos casos deve ser feito no portal da APEOESP. Acessem: https://sis.apeoesp.org.br:11443/APW30/w_enquetes/enquete.php?id=880

Não ao georreferenciamento

Deixamos bem claro os prejuízos aos professores e o autoritarismo da imposição do georreferenciamento aos professores no preenchimento dos diários de classe e outras atividades, mesmo porque grande número de unidades escolares não possuem as condições de acesso à Internet. Muitas vezes os professores são obrigados a usar seus próprios acessos à rede e, por direito, deveriam poder realizar essas atividades nas suas residências ou qualquer local de livre escolha. Mais uma forte razão para a implementação correta da jornada do piso.

Atribuição de aulas, presencial, justa e transparente

Reivindicamos da SEDUC que seja dado peso de 60% para o tempo de serviço na classificação para a atribuição de aulas. Insistimos que esse peso é primordial, pois o tempo de serviço de um(a) professor(a) reflete sua experiência e seu compromisso com a aprendizagem e formação de seus estudantes.

Após um longo e intenso debate, no qual o secretário tentou justificar, houve um comprometimento na realização de estudo para avaliar o aumento desta ponderação do tempo de serviço na classificação. Vamos continuar pressionando e lutando para esta ampliação.

A SEDUC também afirmou que divulgará em breve o cronograma da atribuição de aulas. Já a partir de 17 até 31 de agosto deverá ser aberto prazo para visualização e checagem dos dados pessoais no sistema. De 14 de setembro a 9 de outubro deverão ocorrer as confirmações. A atribuição de aulas das escolas do Programa de Ensino Integral (PEI) deve ocorrer em dezembro e atribuição das escolas de tempo parcial a partir de 18 de janeiro de 2027. A resolução não deve sofrer mudanças importantes e a sistemática da atribuição deverá ser a mesma de 2026.

APEOESP conquistou o pagamento dos quinquênios e sexta-parte já com acerto do descongelamento em setembro

A luta da APEOESP e dos professores conquistou o acerto do tempo para novas concessões de quinquênios e sexta-parte publicados no Diário Oficial. Os pagamentos começam a ser feitos na folha de setembro, com retroatividade a 13 de janeiro de 2026, cumprindo a Lei Complementar 226/2026, sancionada pelo presidente Lula.

A APEOESP e a Deputada Professora Bebel também cobraram o pagamento dos valores retroativos do tempo de serviço descongelado da pandemia. O secretário alegou que não podem encaminhar projeto neste sentido no momento, devido à legislação eleitoral e que o assunto está sendo debatido no governo.

Remoção docente

Cobramos a realização de concurso de remoção docente, conforme compromisso assumido anteriormente pelo secretário executivo. A

resposta é a de que a SEDUC publicará cronograma em breve e que a remoção ocorrerá antes do processo de atribuição de aulas.

Reposição de aulas

Cobramos novamente a reposição de aulas da paralisação de 9 e 10 de abril. Não tivemos resposta conclusiva. Continuamos pressionando e cobrando.

Educação especial inclusiva

A Deputada Professora Bebel e a Diretoria da APEOESP propuseram à SEDUC um comitê de estudos sobre a Educação especial, com participação de entidades, pais, mães e estudantes atípicos, professores e professoras e outras áreas, como Direitos Humanos. O objetivo é formular uma política de Educação especial consensual entre todas as partes.

Defendemos a permanência dos professores especializados para acompanharem e auxiliarem os estudantes atípicos e com deficiência.

Estamos lutando na Justiça por novas convocações do concurso

Sobre o concurso, registramos nosso protesto contra a decisão do governo Tarcísio de não prorrogar e não convocar os aprovados. A APEOESP tem ação judicial visando a prorrogação e convocação dos concursados.

